

ACTAS DEL XII CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR

TOMO 5 DIFUSIÓN DE LOS ARCHIVOS Y COOPERACIÓN INTERNACIONAL



RED de ARCHIVEROS
graduados de Córdoba

XII Congreso de Archivología del Mercosur

"Archivos y Archiveros en la Sociedad del Conocimiento"

Sofia Y. Brunero
Mariela A. Contreras
Florencia Moyano
Juan Thomas
Compiladores



Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Actas del XII Congreso de Archivología del MERCOSUR / Angelly Arancibia Noriel ... [et al.] ; compilado por Sofía Brunero ... [et al.]. - 1a ed . - Córdoba : Redes, 2017.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-46377-3-4

1. Archivología. 2. Gestión de Archivos. 3. Acceso a la Información. I. Arancibia Noriel, Angelly II. Brunero, Sofía, comp.
CDD 027

Fecha de catalogación: octubre 2017

Compiladores: Sofía Y. Brunero, Mariela A. Contreras, Florencia Moyano, Juan Thomas.

Diseño de portada: Noelia Garcia



Redes

Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Mail: editorial.ragcba@gmail.com

Página web: redarchiveroscordoba.com/editorial/redarchiveroscordoba.com



El acceso a los archivos en la sociedad del conocimiento. Apreciaciones desde la Argentina del siglo XXI, por REDES – Editorial de la RED DE ARCHIVEROS GRADUADOS DE CORDOBA se distribuye bajo una Licencia Creative Commons Atribución – No Comercial – Sin Obra Derivada 4.0 Internacional.

ISBN 978-987-46377-3-4



9 789874 637734

Eje Temático
Difusión de los Archivos y Cooperación internacional

Coordinador: Ramón Alberch i Fugueras (España)

Relator: Román Lescano (Argentina)

Marcelo A. Chaves (Brasil)

Difusão nos arquivos: difundir o quê.----- pág. 5

Francisco Sávio Da Silva, Marcílio Herculano da Costa, Jefferson Fernandes Dantas, Rosilene Agapito da Silva Llarena (Brasil):

Produtos e serviços informacionais: análise das páginas web dos Arquivos

Nacionais dos países efetivos do MERCOSUL.----- pág. 21

Víctor Barranco, Eliseo Gabriel Queijo (Uruguay):

La vigencia de los aportes archivísticos del profesor Aurelio Tanodi

a la Archivología Uruguaya.----- pág. 36

Tito Gustavo Villanueva, Verónica Lencinas (Argentina):

Joyas del cielo austral: fotografías de galaxias del Dr. José Luis Sersic.----- pág. 51

Lidia B. Duarte, Elizabeth Duarte (Paraguay):

Tesoros del patrimonio documental de Paraguay: el caso de los Archivos.----- pág. 65

Suellen Alves de Melo, Yara Maria dos Santos Andrade (Brasil):

Análise de sites de arquivos nacionais: um panorama dos países

participantes do congresso de arquivologia do MERCOSUL.----- pág. 78

Viviana Civitillo, Esteban Chiaradia (Paraguay):

Paraguay en “Filo”. Hacia la construcción de una bibliografía y de

un catálogo de referencia.----- pág. 93

Bianca da Costa Maia Lopes, Eliezer Pires da Silva (Brasil):

Contributos da User Experience para a difusão de acervos arquivísticos:

uma análise da base de dados SIAN.----- pág. 109

Cristiano Cavalheiro Lutz, Rosanara Pacheco Urbanetto (Brasil):

Descrição e difusão no acervo de plantas de arquitetura e engenharia

das fortalezas do século XVIII na ilha de Florianópolis.----- pág. 124

Luz María Jiménez Molotla (México):

La difusión de los acervos documentales de la Universidad Nacional

Autónoma de México.----- pág. 133

Víctor David Vera (Colombia):

El poder de las alianzas. Archivos visibles y la cooperación internacional

como apuesta para la consolidación de la paz en Colombia.----- pág. 139

Renato Crivelli, M. Leandra Bizello (Brasil): <i>Formação da memória social: o papel das instituições arquivísticas brasileiras.</i> -----	pág. 142
Isabelle da Rocha Brandão Castellini, João Marcus Figueiredo Assis (Brasil): <i>Arquivos na justiça do trabalho. Perspectivas a partir do encontro nacional da memória da justiça do trabalho.</i> -----	pág. 157
José I. Fernández Pérez (Chile): <i>Destrucción de patrimonio documental: los documentos sobrevivientes del Archivo del Ministerio del Interior al bombardeo del Palacio de La Moneda (11 de septiembre 1973).</i> -----	pág. 171
Caroline Buiz Cobas Costas (Brasil): <i>Preservar a Memória dos Negros em Ambientes Digitais.</i> -----	pág. 181

Preservar a Memória dos Negros em Ambientes Digitais

Caroline Buiz Cobas Costas¹

Resumo

Resultante da disciplina de Informação e Memória do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT-UFRJ, este artigo pretende apresentar uma breve discussão sobre memória e informação em meio eletrônico, aproximando-se do tema de pesquisa da autora, intitulado Análises arquivística e histórica sobre a representação do negro em instrumentos de pesquisa do Museu Histórico Nacional e do Arquivo Nacional e sua aplicação no ensino de História da África e dos Africanos no Brasil.

Palavras-Chaves

Preservação; Memória; Negros; Ambientes Digitais

1 Introdução

O presente artigo visa apresentar uma breve discussão sobre memória e informação em meio eletrônico e também uma possível aproximação deste tema com a pesquisa de mestrado Análises arquivística e histórica sobre a representação do negro em instrumentos de pesquisa do Museu Histórico Nacional e do Arquivo Nacional e sua aplicação no ensino de História da África e dos Africanos no Brasil, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, mantido pelo convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT-UFRJ).

O foco do estudo do mestrado será a relação entre a representação do negro nos instrumentos produzidos pelo Museu Histórico Nacional e Arquivo Nacional e as leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e nº 11.645, de 10 de março de 2008. A primeira lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; a segunda, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências; e a última, Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Sobre memória e informação, a análise recai principalmente sobre os trabalhos de Vera Dodebei e Giselle Beiguelman, dentre outros autores, alguns destes inseridos na área da Arquivologia. Um conceito comentado por Dodebei é a performance, que se aproxima de Antônio Herculano Lopes quando se trata de memória corporal, relacionado ao termo citado acima.

¹ Mestranda em Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, IBICT/UFRJ. Contato: karolkostas@gmail.com

Já em relação à pesquisa, faço um recorte temporal, focando na lei nº 10.629/03, citando uma entrevista e um trabalho desenvolvido pela UNESCO, finalizando com sugestão de trabalho com meios digitais. Os ambientes digitais podem colaborar consideravelmente com as aulas sobre História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

2 CONTEXTUALIZANDO MEMÓRIA E INFORMAÇÃO

Vera Dodebei apresenta, em Ensaio sobre memória e informação, um cenário favorável à reflexão no campo da cultura contemporânea e um enfoque de observação sobre os pontos de contato entre a memória social e as ciências da informação e da comunicação. Por estarem inseridas em caminhos distintos de pesquisas, memória e informação exprimem diferentes significados e sentidos: nas palavras da autora (2016, p. 227), “a memória ajuda a criar e manter os objetos, a informação os reduz”.

Dodebei cita alguns autores que, de alguma forma, estudam a memória e/ou a informação: Frederic Kaplan (2009) apresentou duas funções (a estrutura física e a história que carregam em sua relação com as pessoas) integradas à estrutura de modo a modelar as práticas cotidianas; Vilén Flusser (2011, p. 70-71) desenvolveu uma tese em que a distribuição de imagens fotográficas demonstra o conceito de decadência de propriedade, não despertando mais nas pessoas o desejo de posse do objeto como forma de poder uma vez que este está nas mãos de quem programa e distribui a informação.

Comparando com a organização da informação em um computador durante o século XX, Vera observa que as pessoas não utilizam a memória do corpo da mesma maneira, dependendo cada vez mais às memórias externas para recuperar informações e lembranças. Em um computador, criam-se pastas para arquivar tudo o que é produzido pela sociedade e não é salvo pela memória do corpo, com o objetivo de ajudar no acesso e na manutenção de informações.

A partir da segunda década do século XXI, a produção do conhecimento, sua circulação e preservação dependem de estudos memoriais e informacionais, mediados pela cultura digital, a qual desenvolve duas perspectivas – uma relativa à memória do corpo e extensões memoriais e outra, referindo-se aos estudos infomidiáticos.

Sobre a questão de memória do corpo e extensões memoriais, Dodebei desenvolve rapidamente a transmissão da memória por três possíveis métodos: escrita, oral e corporal, citando Jack Goody e Diana Taylor. Esta alia performance à comunicação escrita e oral na transmissão de conhecimentos, memórias e identidades, propondo

. . . ampliar o foco lançado na cultura da escrita para abrigar também a corporalidade, sendo para isso necessário, segundo ela, alargar as fronteiras disciplinares para incluir o conceito de performance como 'práxis' e 'episteme', o que, certamente, levará a uma política de inclusão memorial. . . .
(DODEBEI, 2016, p. 231)

Relacionado a isso, há um trabalho de Antônio Herculano Lopes, que caracteriza performance como “ideia de difícil conceptualização, escorregadia, movendo-se nos interstícios de diversas áreas e ocupando terrenos inesperados” (LOPES, 1994, p. 4). Caracteriza a atividade performática a partir de Richard Schechner (1985 e 1988 APUD LOPES, 1994), como uma ordenação especial do tempo, um valor especial atribuído a objetos, não-produtividade em termos de mercadoria, regras e espaço (locais não ordinários).

Materiais online são produzidos e publicados em grande quantidade pelas pessoas, em serviços que podem desaparecer a qualquer momento, conseqüente da renovação tecnológica de equipamentos e programas. Isso suscita constantes debates sobre memória na cultura contemporânea.

Giselle Beiguelman aborda, em seu texto Reinventar a memória é preciso, a preservação da memória digital, ampliando os sentidos do termo memória e tornando-o um aspecto elementar do cotidiano. O passado recente exterioriza as dificuldades de acesso a essa memória produzida pela sociedade.

Beiguelman explica o processo de emulação como metodologia mais apropriada e coerente para preservar a memória da cultura digital, particularmente de obras de arte digitais. Outros procedimentos citados pela autora são a analogia e a migração, como outros recursos de recuperação de informação sobre as obras.

Tão importante quanto atentar para o fato de que essas metodologias de preservação estão todas em desenvolvimento é perceber que são soluções provisórias e paliativas. Em decorrência da velocidade contínua que sucateia as tecnologias em períodos cada vez mais curtos, as soluções encontradas, por ora, estão fadadas a criar os mesmos problemas que pretendem resolver. A transposição e adequação de obras para novos equipamentos ou sua reprogramação não resulta em soluções definitivas. Antes, esses procedimentos apontam para a necessidade de uma prática contínua de atualizações, a qual poderá também implicar, em algum ponto, um resultado bastante distinto da obra criada pelo artista em um contexto histórico determinado. (BEIGUELMAN, 2014, p. 19)

Podemos ver as metodologias de preservação da citação acima também na área da Arquivologia, que também se preocupa com o ambiente virtual e a preservação documental. Os documentos eletrônicos fazem parte da realidade da comunidade científica, das pessoas e de empresas. O gerenciamento desse novo suporte de informação é considerado por Ana Paula Sousa, Alécia Rodrigues, Alex Rodrigues e Ângela Oliveira como um grande desafio para os profissionais da informação (bibliotecários e arquivistas).

O acesso e a padronização de documentos eletrônicos são facilitados por atividades de representação, utilizando a descrição arquivística como uma metodologia para pesquisa e conhecimento, normatizada internacionalmente desde o final da década de 1980 – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD (G) – 1992); Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF) – 1996). De

acordo com Sousa, Rodrigues, Rodrigues e Oliveira (2006, p. 44), “a ISAD(G) e a ISAAR(CPF) possuem aspectos complementares, pois, permitem a ligação entre as autoridades produtoras e os documentos produzidos”.

. . . a aplicação de normas de descrição possibilita a troca de informações e melhora o acesso aos documentos, facilita o trabalho do profissional de arquivo, pois serve de parâmetro para descrever e organizar o acervo e ao usuário que terá uma recuperação eficiente. . . (SOUSA; RODRIGUES; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2006, p. 50)

Giselle Beiguelman sugere que os modelos de catalogação e recuperação de dados tradicionais são elaborados historicamente e respondem a formas de poder e a instâncias políticas, sociais e culturais, as quais definem os critérios de conservação, as formas de institucionalizar os locais de memória e o que é preservado ou não para ser contado como história.

Uma crítica de Beiguelman diz respeito à recuperação das postagens nas mídias sociais, com textos, imagens, vídeos, sons, depois de um tempo considerável ou caso sejam retiradas do ar. A autora exemplifica com os casos do site Geocities, da Yahoo!, e do Orkut, e também projeta situações futuras, com Twiter, Facebook, dentre outros sites, suscitando o debate de como preservar essas memórias.

Outra crítica refere-se à diferenciação de serviços em um estágio do capitalismo dominado por serviços semelhantes, em diferentes serviços, como comércio, turismo, museus, etc, visando chamar atenção do maior número de pessoas possível e revelando um processo de esterilização da história.

Para salvaguardar todas essas informações, Beiguelman aponta para a importância da elaboração de um repertório crítico e especializado, com adequação de terminologia e métodos para envolver todas as obras produzidas e concebidas em meios digitais e também presentes em cartões e USBs.

3 PERFORMANCE: UM POUCO DE HISTÓRIA, UM POUCO DE ARQUIVO

A identidade coletiva é construída a partir de elementos performáticos, refletindo e influenciando a trajetória dos eventos. Nessa construção, indivíduos e grupos se apresentam e atuam publicamente através de formas de performance, sendo isso estudado pela História da Cultura. Elementos da História Política ou do Cotidiano igualmente apresentam momentos marcados pela performance.

A História de performances tenta se aproximar da realidade, baseando-se em uma investigação sobre elementos de uma vida passada, representada em registros ou em seus fragmentos. Tenta-se recuperar uma sensação visual ou tátil (percepção sensorial), guardada na memória sem o devido tratamento consciente, para trazer experiências diretas com a realidade.

O trabalho com os registros de arquivos pode ser comparado com esse exercício de recuperação da realidade. Os documentos arquivísticos citados nos instrumentos de pesquisa desenvolvidos pelo Museu Histórico Nacional² e pelo Arquivo Nacional³ tem a possibilidade de recriar o contexto social dos africanos no Brasil. Como escreve Lopes, “o brilho de um gesto retido na memória tem o poder de lançar luzes na compreensão de um passado, que se transforma em presente e se projeta no futuro” (LOPES, 1994, p. 11).

Os documentos de arquivo apresentam elementos de uma cultura urbana desenvolvida ao longo do período da escravidão ou ainda baseada nesse tipo de trabalho forçado. O trabalho escravo envolveu múltiplas identidades africanas, que se reinventaram no Brasil e construíram a identidade brasileira.

Vera Dodebei aponta a convivência entre as memórias do presente e as do passado, sendo a primeira em constante transformação e a segunda, registradas e armazenadas em arquivos – estes considerados como potenciais recursos de lembranças. A autora cita Aleida Assmann (2011b) para abordar o pressuposto do esquecimento como uma atividade normal e necessária a criação de novas informações, novos desafios e novas ideias, com o objetivo de enfrentar o presente e o futuro.

. . . O arquivo seria, portanto, o dispositivo que permite a seus objetos se situarem na fronteira entre o esquecimento e a lembrança e, por este motivo, os objetos ali guardados têm a chance de serem destruídos ou achados. Nesse sentido, eles se inscrevem na memória cultural ao lado das performances, práticas, rituais. (DODEBEI, 2016, p. 233)

A identidade brasileira passou por um momento de forte crise no período da Primeira República no país, após passar pela abolição da escravatura e fim do regime imperial, opondo os conceitos de modernidade e nação. Imaginava-se criar uma imagem para a Europa de que a população brasileira poderia ser um exemplo de civilização nos trópicos, principalmente na capital federal – esta “devia ser o espelho do país moderno para inglês ver, e para isso se vestiu com novas roupas e desfilou sua saúde sanitizada” (LOPES, 1994, p. 13).

Fugindo da dicotomia elite-povo presente no início da República, outros grupos sociais construíam identidades alternativas e projetavam imagens diversas.

. . . As adaptações necessárias a um meio hostil eram feitas no espírito de preservar o que era sentido como essencial: uma herança ancestral que permitia um sentido de identidade. Com isso surgiam novos cultos, como a umbanda, novos ritmos, como o maxixe, novas formas de celebrar, como os ranchos de carnaval. Figuras altamente “performáticas” como a do malandro

² O catálogo do Museu Histórico Nacional foi criado no contexto de comemoração do Centenário da Abolição no Brasil, com o intuito de divulgar seu acervo sobre o negro no Brasil.

³ O guia de fontes do Arquivo Nacional está inserido em um programa desenvolvido pela UNESCO e pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) iniciado em 1959, intitulado Guia de Fontes para a História das Nações, projeto este com o intuito de mapear a documentação sobre países do Terceiro Mundo, fora de seus territórios, através de duas linhas de pesquisa: América Latina e África. Assim como o instrumento de pesquisa do MHN, o guia de fontes foi desenvolvido no contexto de comemoração do Centenário da Abolição.

ou da cabrocha estavam recebendo seus temperos, sua pitada de malagueta, em flagrante contraste com as fines herbes dos diplomatas do Barão. (LOPES, 1994, p. 14)

O Rio de Janeiro incorporava, nas primeiras décadas do século XX, elementos de modernidade (vindos da elite) e elementos da cultura popular (no início do seu desenvolvimento). Como descreve Antônio Herculano:

. . . Entre o salão de Mme. Laurinda Santos Lobo e o de tia Ciata, a construção do “carioca”, o “brasileiro” por excelência para consumo interno e externo, foi ganhando contornos, combinando os aparentemente irreconciliáveis “nacional” e “moderno”. Assim foi surgindo uma cultura de classe média urbana que no decorrer do século definiria o brasileiro como malandro, irreverente, alegre, sensual, musical. (LOPES, 1994, p. 16)

4 UM POUCO SOBRE A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL: A LEI Nº 10.639, DE 2003

A promulgação da Lei nº 10.639/03 respondeu a uma demanda do movimento negro contra o racismo, reconhecendo a participação dos africanos e seus descendentes como sujeitos na História do Brasil, dotados de valores e saberes fundamentais para a formação cultural brasileira. Esse contexto também se aplica à História e Cultura Indígena, presente na mesma legislação.

O teor da lei contrapõe-se à visão eurocêntrica ensinada nas escolas até o momento de sua promulgação. Não derrubou totalmente essa visão, mas trouxe mudanças consideráveis no tratamento dos povos negros e indígenas, apresentados até então como povos reduzidos ou negados pelos europeus, em processo civilizador pelo mundo, justificando a exploração de mão-de-obra, o genocídio e a apropriação de territórios e matérias-primas.

No Brasil o peso da redução simbólica e da dominação material recaiu, sobretudo, nas costas dos negros e indígenas, o que hoje explica a necessidade da implementação de políticas públicas reparatórias, como as ações afirmativas e as referidas leis 10.639 e 11.645 contemplando ambos. (ROCHA, 2017)

A superioridade cultural branca europeia ainda é visível, mesmo com a promulgação de leis específicas, vistos nos meios de comunicação e em instituições de construção do conhecimento (escolas, universidades, museus, etc.). Gabriel Rocha, autor da reportagem intitulada Desafios para uma educação antirracismo: os 14 anos da lei 10.639, apresenta tais instituições como espaços de poder que priorizam, até o momento, a história e a cultura europeia e euro-brasileira, sendo isso considerado pelo autor como um sintoma do racismo brasileiro.

Rocha chama atenção para a educação sobre o negro e o indígena presente em leis como inclusão e revisão da história afro-brasileira e indígena do ponto de vista deles próprios, objetivando o combate ao racismo no sistema educacional vigente, reconhecendo a história e a cultura destes povos, sob uma ótica dos próprios grupos e não do opressor.

Sobre as leis nº 10.639 e nº11.645, Rocha descreve:

As leis 10.639 e 11.645 possibilitam um amparo jurídico para que sejam corrigidas as disparidades do ponto de vista étnico-racial em nosso sistema educacional. Visam um equilíbrio no que diz respeito às contribuições das diferentes etnias na formação da sociedade brasileira. No entanto, as leis por si só não garantem suas aplicabilidades. (ROCHA, 2017)

Porém ainda há obstáculos a serem ultrapassados, a saber (ROCHA, 2017): 1) o tema ainda não é tratado com a devida importância nas instituições de ensino superior que formam professores; 2) nas escolas, uma pequena parcela de educadores tem formação sobre o assunto ou envolvimento com a causa, por isso, a aplicação da lei acaba se restringindo a iniciativas individuais ou de pequenos grupos; 3) o poder público ainda não garante a formação continuada de educadores nos temas tratados na lei, o que muitas vezes acaba sendo feito por empresas privadas; 4) na prática, o poder público não exige das instituições de ensino sua aplicabilidade.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva é graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com licenciatura em português e francês e tem trajetória consolidada na área da Educação, além de ser professora emérita da Universidade Federal de São Carlos e integrou a comissão que elaborou o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) para as diretrizes curriculares da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história da África e das culturas africana e afro-brasileira no currículo da educação básica.

Petronilha afirmou em uma entrevista ao site de notícias Brasil de Fato que aumentou a preocupação dos professores negros e não-negros com a temática étnico-racial, porém a abordagem do assunto ainda depende iniciativa individual ou de grupos dos docentes, por ela considerar difícil que as escolas incluam o tópico nas políticas e nos planos políticopedagógicos das instituições ao observar uma publicação do Ministério da Educação (MEC), pedida pela UNESCO. A professora apresentou, como sugestão, que se avaliasse a formação dos professores e os princípios que cada profissional emprega em seu trabalho docente.

Os professores que lutam por uma sociedade democrática e igualitária evidentemente estão empenhados em trabalhar a educação das relações étnicoraciais por meio da cultura e história dos afro-brasileiros e africanos, bem como dos povos indígenas durante todo o ano. (PINA, 2017)

Ao apresentar o contexto de criação da Lei 10.639/03, Petronilha apontou a necessidade em conhecer, estudar, aprender sobre a história e cultura dos povos que vieram da África e sobre a história e a cultura que produzem seus descendentes para reeducar as relações étnico-raciais, com o intuito de combater o racismo. A lei foi elaborada como demanda do movimento social e do movimento indígena, a partir da experiência de alguns professores negros e indígenas, que trabalhavam elementos da história e da cultura negra local ou em elementos nacionais, criando assim condições para a criação da legislação.

O ensino superior, ao formar professores, precisa atender as mesmas demandas que a educação básica, tendo como diferencial a avaliação periódica dos cursos pelo MEC, que envolve um quesito que examina o cumprimento ou não as diretrizes curriculares da educação.

Ainda sobre a formação dos professores, Petronilha citou um trabalho da UNESP, realizado por Maria Fernanda Luiz, que apontou resultados sobre o nível de aproveitamento de um curso de formação para aplicação da lei 10.639 de acordo com o projeto de sociedade defendido por cada professor participante.

Sobre a reforma do ensino médio proposta pelo governo de Michel Temer e a possível interferência na aplicação da lei, vale ressaltar as seguintes falas de Silva (PINA, 2017):

Para mim, [a proposta] é uma forma, inclusive, de se intervir nos programas de ações afirmativas, e as políticas públicas pioneiras estão ameaçadas. Eu penso que, em qualquer reforma educacional, deve-se ouvir os professores de todos os níveis de ensino, desde a educação infantil a pesquisadores.

O que está em jogo realmente é o projeto de sociedade. A gente tem que examinar seriamente [a conjuntura] e criar um projeto em que todos estejam incluídos e respeitados. Não é questão de quem vai impor, mas como fazer com que os diferentes grupos sejam respeitados. E isso não é tarefa fácil.

Ocorreu, em 2006, o Seminário Nacional Currículo em Debate, promovido pela Secretaria de Educação Básica/MEC e com participação de representantes dos Estados e Municípios. Aqui, foi realizado a trigésima sessão ordinária da Câmara de Educação Básica (CEB), na qual houve debate nacional sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, sendo este evento denominado de Colóquio Nacional sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais. Outros eventos como esse ocorreram em 2007 e, dois anos depois, foi criada nova comissão responsável pela elaboração das diretrizes.

Em 2008, foram realizados seis encontros, chamados Diálogos Regionais – A implementação das alterações da LDB, nas cinco regiões do Brasil, discutindo boas experiências de implementação da Lei nº 10.639 (sobre a inclusão da história e cultura afrobrasileiras aos conteúdos escolares) para elaborar um Plano Nacional com estratégias para nortear a implementação da legislação em todas as escolas do país.

A coordenadora geral da Diversidade em 2008, Leonor Franco de Araújo, apontou o desejo de fortalecer o papel indutor do Ministério da Educação (MEC) na implementação da lei e a preocupação com a demora nessa implementação, que não tinha ocorrido em todas as escolas desde 2003, ano da lei.

Outros pontos discutidos nos encontros foram a formação inicial e continuada dos professores e a produção de material didático sobre o assunto. No momento dos encontros, aproximadamente 2 milhões de professores da rede ainda não tinham qualificação para incluir a temática afro-brasileira em suas aulas.

O governo federal disponibiliza apoio aos estados e municípios para professores e receber material didático referentes à temática étnico-racial através do Plano de Ações Articuladas (PAR), que norteia as ações para melhorar a qualidade da educação básica dos entes que participam do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

A coleção História Geral da África (HGA) foi produzida pela parceria entre a representação da UNESCO no Brasil, o Ministério da Educação (ME) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e lançada no Brasil através da série “Debates e perspectivas para a institucionalização da Lei nº 10.639, de 2003”, realizada em Cachoeira (BA), Salvador (BA), São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG).

A coleção envolve oito volumes, que apresentam pesquisas realizadas desde 1964 por aproximadamente 350 especialistas de diversas áreas do conhecimento e dirigida por um Comitê Científico Internacional composto por 39 intelectuais, a maioria de origem africana (SILVA; SANTANA, 2012, p. 3).

Construída a partir da perspectiva do continente africano, a coleção HGA encontra-se despida dos estereótipos e do olhar estrangeiro que por tanto tempo aprisionaram a África. Agora, tornou-se possível para todos que falam e compreendem a língua portuguesa vislumbrar a África sob um novo olhar: um olhar panorâmico, diacrônico e objetivo; que não resume a história da África ao tráfico de escravos e à pobreza; e que reconhece a formação de sociedades organizadas, ao invés de tribos. A obra constitui um poderoso instrumento para o reconhecimento do legado africano na história das civilizações e, nesse caso específico, para a formação identitária dos brasileiros. (SILVA; SANTANA, 2012, p. 3)

Paulo Gabriel Nacif, reitor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), declarou na mesa de abertura do evento do lançamento da coleção em língua portuguesa que a universidade é mais um espaço responsável pela promoção da diversidade cultural, cumprindo o respeito à diversidade.

Ubiratan Castro de Araújo, presidente da Fundação Pedro Calmon, apontou, na abertura, para a importância da coleção HGA para a formação de estudantes e professores e também da importância da implementação do ensino de história e cultura da África nas escolas. Além disso, abordou que a cultura africana é mais abrangente do que o período de escravidão, devendo ser mais bem estudada.

Valter Silvério, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), abordou a acessibilidade da obra na mesa de abertura, se transformando em uma fonte de pesquisas para os brasileiros encontrarem os elementos culturais de sua história e desmistificando a ideia de que o racismo no Brasil baseava-se no mito da democracia racial. Já na mesa História da África: importância, reconhecimento e ressignificação, Silvério apontou a possibilidade de identificar o quanto da África há no território brasileiro.

Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, mostrou seu desejo de que a coleção motivasse outros trabalhos, sem estereótipos e representativo de uma África diversa. Também apontou para a importância dessa obra por resgatar a história da África e tornar possível a efetivação da Lei nº 10.639/2003, dando ênfase à cultura para entender as origens da discriminação e como um meio para atuar sobre ela, lembrando que “(...) é preciso que as políticas culturais se aproximem, de fato, das políticas de educação.” (SILVA; SANTANA, 2012, p. 5).

Na mesa História da África: importância, reconhecimento e ressignificação, Juvenal Conceição, professor da UFRB, lembrou das dificuldades da implementação da Lei nº 10.639/2003 e da falta de informação e de fontes para pesquisar sobre conteúdos referentes à história e cultura africanas, além do contato limitado do Brasil com estudiosos africanos.

O historiador Elikia M'bokolo caracterizou a coleção como resultado de uma militância intelectual, política e cultural iniciada antes da década de 1960. Além disso, apontou o racismo como fruto do colonialismo e da escravidão, que deve ser combatido com o estudo das ciências sociais.

M'bokolo apresentou três pontos importantes na Coleção: o estudo pluridisciplinar da História da África; a História da África considerada como uma história continental, apresentando a importância da região para o mundo; e a importância do estudo da História da África feita pelos próprios africanos no continente e na diáspora, tirando a exclusividade do estudo exclusivamente estrangeiro sobre o continente.

O professor Valdemir Donizette Zamparoni, do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, abordou a imagem atual do continente africano, ligada a guerra, fome, miséria, destruição, selvagem, dentre outras palavras, imagem homogeneizada pelos europeus a serviço da dominação e repetida pelos meios midiáticos, caracterizando o negro como um indivíduo sem saber e sem conhecimento. Para ele, conhecer a História da África é buscar referências identitárias, indo além da questão de herança.

Para modificar a imagem negativa e os preconceitos sobre o continente africano e sua população e descendentes, é necessário trabalhar diferentes tópicos sobre história e cultura da África e Afro-Brasileira a partir da Educação Básica, envolvendo diversas formas de ensino. O ambiente virtual está inserido nesse contexto, sendo empregado como um ambiente de educação – os professores da Educação Básica e do Ensino Superior podem utilizar essa ferramenta para abordar os pontos citados na entrevista de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e nas conferências de lançamento da coleção História Geral da África.

O campo pedagógico é caracterizado pelas autoras Cláudia Heynemann, Vivien Ishaq, Elaine Duarte e Viviam Zampa como um aspecto fundamental da pesquisa e da difusão do acervo da instituição, apresentando incontáveis possibilidades de uso de acordo com o tratamento conferido aos textos.

. . . Apresenta-se, assim, para os alunos, a possibilidade da superação do conhecimento comum por meio da pesquisa às fontes de época, como um modo fundamental para a constituição de autênticos sujeitos do conhecimento,

capazes de construir a sua leitura do mundo. (HEYNEMANN; ISHAQ; DUARTE; ZAMPA, 2005, p. 178)

5 CONCLUSÃO

Retomando o artigo de Vera Dodebei, a autora o finaliza apontando a internet como um meio de possibilidades de produção, circulação e permanência de memórias mediadas pela tecnologia e também como interface entre corpo e máquina, trazendo à tona a interação entre memória corporal e memória eletrônica.

A memória como uma construção de narrativas em meios eletrônicos ou em analógicos poderia ou não se basear em informações de banco de dados, caracterizado por Dodebei como células de memória à espera de evocação ou rememoração.

As obras de arte online dependem da combinação de variáveis presentes nos meios digitais para que sejam vistas, assim como ocorre com os bancos de dados citados por Vera Dodebei. Tanto do ponto de vista de criação como o de preservação, é importante levar em consideração estratégias de programação, publicação e manutenção da obra em seu todo, para que suas informações sejam facilmente recuperadas e sua natureza efêmera seja controlada.

Documentos e obras de arte inseridos em meios virtuais são exemplos de ferramentas secundárias de educação nesse tipo de ambiente, ampliando os materiais didáticos e paradidáticos a serem empregados em sala de aula por professores da Educação Básica. Porém, para que isso ocorra, é importante que os professores sejam preparados durante sua formação no Ensino Superior e em cursos de formação e atualização, como sugeriu a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

Um exemplo disso pode ser visto no Arquivo Nacional, com o o Roteiro de fontes do Arquivo Nacional para a história luso-brasileira, que apresenta diferentes aspectos da documentação, não identificadas em instrumentos de pesquisa, e também cria outra dinâmica de consulta, relacionando documentos de diversas proveniências entre si. Foi criado um site temático, em que há abas (sala de aula e documentos) com informações sobre os documentos e os próprios digitalizados, possibilitando a sua utilização como fonte primária no ensino de história colonial.

Sobre a relação entre ensino de história e acervos arquivísticos, Heynemann, Ishaq, Duarte e Zampa mostram a colaboração da instituição arquivo como uma importante tarefa para a principal instituição arquivística brasileira, abrindo à área de pesquisa do Arquivo Nacional uma oportunidade de reflexão referente aos arquivos, à produção historiográfica e ao ensino em história, “problematizando a relação entre os conteúdos programáticos previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e o acervo institucional” (HEYNEMANN; ISHAQ; DUARTE; ZAMPA, 2005, p. 174).

A interdisciplinaridade da história e da arquivologia, surgimento de novas pesquisas, predomínio da história cultural, adoção de métodos de aprendizagem contrários ao binômio memorização-reprodução e considerando a perspectiva crítica estimulam as transformações nos

domínios da historiografia e da arquivologia e interferem no ensino de história nas escolas brasileiras.

Estudar a expressão escrita das sociedades, presentes nos documentos do Arquivo Nacional, promove “o contato com a noção de discurso e de alteridade, com as diferenças culturais, com a complexidade do tempo histórico, ultrapassando a fixidez de determinadas datas e eventos, com as diferentes dimensões comportadas pelos registros deixados” (HEYNEMANN; ISHAQ; DUARTE; ZAMPA, 2005, p. 174-175). A incorporação dos documentos no ensino incentiva as pesquisas e propaga a ideia da história como campo de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEIGUELMAN, G. Reinventar a memória é preciso. In BEIGUELMAN, G.; MAGALHÃES, A. G. *Futuros possíveis: arte. Museus e arquivos digitais*. São Paulo: Petrópolis, RJ: EdUSP, 2014. p. 12-33.

DODEBEI, V. Ensaio sobre memória e informação. *Morpheus*. v.9, n.15, [ed. Especial], 2016. Disponível em <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/5475/4929>>. Acesso em: 10 janeiro 2017. p. 227-244.

LOPES, A. H. *Performance e História* (ou Como a onça, de um salto, foi ao Rio do princípio do século e ainda voltou para contar a história). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994. Textos de trabalho; 6. 20p

MACHADO, M. C. Encontros debatem ensino da cultura afro. *Diversidade e inclusão*, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/202-noticias/264937351/10259-sp-426467013>. Acesso em: 28 mai. 2016.

PORTO, H. M. O teatro de revista. *Portal Luis Nassif*. Disponível em: <http://blogln.ning.com/profile/TeatrodeRevista>. Acesso em: 15 mai. 2016.

ROCHA, G. Desafios para uma educação antirracismo: os 14 anos da lei 10.639. *Brasil de fato*, São Paulo, 9 janeiro 2017, Opinião. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/09/desafios-para-uma-educacao-antirracismoos-14-anos-da-lei-10639/>>. Acesso em: 10 janeiro 2017.

SOUSA, A. P. de M.; RODRIGUES, A. S.; RODRIGUES, A. S.; OLIVEIRA, A. A. de. Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 38-51, ago./dez. 2006. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/6719>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2016.